

02/12/2010

PRIMEIRA TURMA

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 526.186 RIO GRANDE DO SUL

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(s)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MARIA LÚCIA SARAIVA BARCELOS
ADV.(A/S)	: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(A/S)

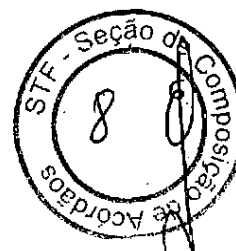
EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO EMBARGADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA: INAPLICABILIDADE DO ART. 1º-D DA LEI N. 9.494/97. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade, **em negar provimento ao segundo agravo regimental no recurso extraordinário**, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 2 de dezembro de 2010.

Ministra CÁRMEN LÚCIA - Relatora



02/12/2010

PRIMEIRA TURMA

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 526.186 RIO GRANDE DO SUL

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOCADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MARIA LÚCIA SARAIVA BARCELOS
ADV.(A/S)	: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):

1. Em 18 de junho de 2010, neguei seguimento ao recurso extraordinário interposto pela União contra julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o qual entendeu que seria cabível a fixação de honorários advocatícios nas execuções de título judicial não embargadas. A decisão agravada teve a seguinte fundamentação:

"9. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que a Medida Provisória n. 2.180/01, que introduziu o art. 1º-D na Lei n. 9.494/97, determinando serem incabíveis honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas, é constitucional, mas sua incidência restringe-se aos casos de execução por quantia certa, excluídos os casos de pequeno valor (art. 100, § 3º, da Constituição da República). Confirmam-se: RE 501.340, Rel. Min. Eros Grau; RE 506.508, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ de 9.10.2006; RE 472.194, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ de 4.9.2006; entre outros. -

Todavia, na espécie vertente, não é aplicável o art. 1º-D da Lei n. 9.494/97, pois houve oposição de embargos à execução, como demonstraram os Recorridos às fls. 312-313.

Nesse sentido:

RE 526.186 AgR / RS

EMENTA: Honorários advocatícios. Execução contra a Fazenda Pública. Obrigação de pequeno valor. Execução embargada. Verba devida. Não conhecimento do recurso extraordinário. Embargos de declaração acolhidos para esse fim. Reconsideração. São devidos honorários advocatícios em execução embargada contra a Fazenda Pública' (RE 467.965-AgR-ED-ED, Rel. Min. Cezar Peluso, Primeira Turma, DJe 29.10.2009, grifos nossos).

(...) Não há, pois, o que prover quanto às alegações da parte recorrente.

10. Pelo exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal)" (fls. 366-369).

2. Intimada dessa decisão em 23.8.2010 (fl. 370), interpõe a União, ora Agravante, em 2.9.2010, tempestivamente, agravo regimental (fls. 375-383):

3. Alega a Agravante que *"a existência de embargos à execução é peculiaridade que deverá ser apreciada pelo juízo do processo executivo, de modo que as singularidades do caso concreto deverão ser resolvidas pelo juízo de primeiro grau, o qual é competente para realizar o cotejo entre o entendimento firmado pelo Plenário desse Supremo Tribunal (RE nº 420.816) e situação específica dos respectivos autos"* (fl. 378).

Sustenta que *"o Superior Tribunal de Justiça firmou posicionamento no sentido de que, independentemente do ajuizamento de embargos, nas execuções individuais de títulos judiciais provenientes de ações coletivas seriam cabíveis honorários advocatícios"* (fl. 381).

Assevera que *"referida exceção não foi contemplada no julgamento dessa Suprema Corte, e nesses termos viola frontalmente o seu entendimento"* (fl. 381).

RE 526.186 AgR / RS

Requer a reconsideração da decisão agravada ou o provimento do presente recurso.

É o relatório.

02/12/2010

PRIMEIRA TURMA

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 526.186 RIO GRANDE DO SUL

VOTO**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Razão de direito não assiste à Agravante.

2. Como afirmado na decisão agravada, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que a Medida Provisória n. 2.180/01, que introduziu o art. 1º-D na Lei n. 9.494/97, determinando serem incabíveis honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas, é constitucional, mas sua incidência restringe-se aos casos de execução por quantia certa, excluídos os casos de pequeno valor (art. 100, § 3º, da Constituição da República). Nesse sentido:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. ART. 1º-D DA LEI 9.494/97. CONSTITUCIONALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÕES EMBARGADAS PELA FAZENDA PÚBLICA. INAPLICABILIDADE. ART. 100, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO. AÇÃO COLETIVA. I - O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 420.816/PR, conheceu do recurso e declarou a constitucionalidade da Medida Provisória 2.180-35/2001, com interpretação conforme, de modo a reduzi-lhe a aplicação à hipótese de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, excluídos os casos de pagamento de obrigação definidos em lei como de pequeno valor. II - Oposição de embargos à execução, afastando a aplicação do art. 1º-D da Lei 9.494/97. III - Impossibilidade de apreciação de matéria que não foi objeto de decisão no acórdão recorrido, e que tampouco foi suscitada nas razões do recurso extraordinário. IV - Agravo não provido” (AI 514.806-AgR, Rel.

RE 526.186 AgR / RS

Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe 19.12.2007).

E:

"I. Recurso extraordinário: alínea 'b': devolução de toda a questão de constitucionalidade da lei, sem limitação aos pontos aventados na decisão recorrida. Precedente (RE 298.694, Pl. 6.8.2003, Pertence, DJ 23.04.2004). II. Controle incidente de inconstitucionalidade e o papel do Supremo Tribunal Federal. Ainda que não seja essencial à solução do caso concreto, não pode o Tribunal - dado o seu papel de 'guarda da Constituição' - se furtar a enfrentar o problema de constitucionalidade suscitado incidentemente (v.g. SE 5.206-AgR; MS 20.505). III. Medida provisória: requisitos de relevância e urgência: questão relativa à execução mediante precatório, disciplinada pelo artigo 100 e parágrafos da Constituição: caracterização de situação relevante de urgência legislativa. IV. Fazenda Pública: execução não embargada: honorários de advogado: constitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal, com interpretação conforme ao art. 1º-D da L. 9.494/97, na redação que lhe foi dada pela MPr 2.180-35/2001, de modo a reduzir-lhe a aplicação à hipótese de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública (C. Pr. Civil, art. 730), excluídos os casos de pagamento de obrigações definidos em lei como de pequeno valor (CF/88, art. 100, § 3º)" (RE 420.816, Redator para o acórdão o Ministro Sepúlveda Pertence, Plenário, DJ 10.12.2006, grifos nossos).

3. Todavia, na espécie vertente não é aplicável o art. 1º-D da Lei n. 9.494/97, pois houve oposição de embargos à execução, como confirmou a ora Agravada às fls. 312-313.

Confira-se, por oportuno o seguinte julgado:

"EMENTA: Honorários advocatícios. Execução contra a Fazenda Pública. Obrigação de pequeno valor. Execução embargada. Verba devida. Não

RE 526.186 AgR / RS

conhecimento do recurso extraordinário. Embargos de declaração acolhidos para esse fim. Reconsideração. São devidos honorários advocatícios em execução embargada contra a Fazenda Pública" (RE 467.965-AgR-ED-ED, Rel. Min. Cezar Peluso, Primeira Turma, DJe 29.10.2009, grifos nossos).

4. Os argumentos da Agravante, insuficientes para modificar a decisão agravada, demonstram apenas inconformismo e resistência em pôr termo a processos que se arrastam em detrimento da eficiente prestação jurisdicional.

5. Pelo exposto, **nego provimento ao agravo regimental.**

PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 526.186**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA

AGTE.(S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AGDO.(A/S) : MARIA LÚCIA SARAIVA BARCELOS

ADV.(A/S) : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma negou provimento ao segundo agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 02.12.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão o Ministro Marco Aurélio, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Edson Oliveira de Almeida.

Fabiane Duarte
Coordenadora